

AS MARXISTAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

MUJERES MARXISTAS EN UNIVERSIDADES BRASILEÑAS

MARXIST WOMEN IN BRAZILIAN UNIVERSITIES

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i1.38081>

Paula Marcelino¹

Lidiane Soares Rodrigues²

Resumo: Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa sobre a presença e atuação de marxistas nas universidades brasileiras cujos dados foram coletados entre os anos de 2013 e 2014. Neste trabalho, nosso foco será na exposição e reflexão sobre o perfil das mulheres que responderam ao questionário, no qual se baseia a referida pesquisa: quais são as condições socioeconômico delas, o que pensam sobre dimensões variadas do marxismo, da política e da vida universitária. O leitor e a leitora encontrarão nesse artigo reflexões sobre as várias características do grupo que são, em sua maioria, hipóteses de trabalho bem informadas. Entendemos que a comprovação ou refutação de parte expressiva delas depende de pesquisa de natureza qualitativa e de aprofundamento bibliográfico ainda a serem realizados.

Palavras-chave: marxismo, universidades brasileiras, mulheres, gênero.

Resumen: Este artículo presenta resultados parciales de una investigación sobre la presencia y el desempeño de las marxistas en las universidades brasileñas, cuyos datos se recopilaron entre los años 2013 y 2014. En este trabajo, nos centraremos en la exposición y la reflexión sobre el perfil de las mujeres que respondieron el cuestionario, en el que se basa esta investigación: cuáles son sus condiciones socioeconómicas, qué piensan sobre las diferentes dimensiones del marxismo, la política y la vida universitaria. El lector y la lectora encontrarán en este artículo reflexiones sobre las diversas características del grupo, que en su mayoría son hipótesis de trabajo bien informadas. Entendemos que su prueba o refutación depende de la investigación cualitativa y la investigación bibliográfica aún por realizar.

Palabras clave: marxismo, universidades brasileñas, mujeres, género.

Abstract: This article presents partial research results regarding the presence and performance of Marxist women in Brazilian universities, whose data were collected between the years 2013 and 2014. In this work, our focus will be on the exposure and reflection on the profile of women who answered the questionnaire, on which this research is based: what are their socioeconomic conditions, what do they think about different dimensions of Marxism, politics and university life. The readers will find in this article reflections on the various characteristics of the group, which are mostly well-informed working hypotheses. We understand that their proof or refutation depends on qualitative research and bibliographic research which is yet to be carried out.

Keywords: Marxism, Brazilian universities, women, gender

Situando o problema: o marxismo na universidade brasileira

São numerosas as contradições que caracterizam as relações entre marxismo e sistema universitário, no Brasil e no mundo. Se a maioria das correntes teóricas em Ciências Humanas ligam suas origens ao âmbito científico, a obra de Karl Marx e dos primeiros marxistas liga suas origens ao campo político. Portanto, o marxismo tornou-se acadêmico, não o é de nascença. E, nesse ambiente,

encontra muitos dos seus mais ferrenhos opositores. Condicionado, entre outros fatores, pelas tradições intelectuais nacionais, pelas disciplinas acadêmicas e pelo perfil dos agentes (leitores, tradutores, cientistas, universitários), esse processo exigiu lutas práticas, políticas, simbólicas e inúmeras transformações no conteúdo mesmo do que se chama “marxismo”. Variando enormemente, no tempo e no espaço, a adesão ao marxismo já conferiu prestígio aos seus adeptos e já os estigmatizou. As explicações para isso são variadas, como são variadas as configurações específicas da universidade em cada formação social.³

Mas, ao menos dois elementos explicativos são incontornáveis para entender essa relação, em qualquer contexto particular. Em primeiro lugar, o marxismo é, ao mesmo tempo, uma opção teórico-metodológica e uma opção política, ou seja, é uma forma de produzir conhecimento, de entender como ele se posiciona no mundo, assim como de torná-lo ferramenta de transformação social. Ao marxista interessa a mudança em direção a um modo de produção em que não haja desigualdade de classe e, em um estágio superior, também não exista Estado. Portanto, o diletantismo teórico é estranho ao marxismo⁴. Disso decorre o segundo elemento que coloca o marxismo em situação de objeto de desconfiança nas universidades: o conhecimento por ele produzido tem — ou deveria ter — sempre um ponto de partida claro; ele se posiciona, diz qual é o seu lado. Se ao longo da história das ciências humanas o debate sobre a impossibilidade de neutralidade avançou em direção à compreensão de que a ciência sempre tem um lado (ver Becker, 1977), nem por isso o marxismo foi “perdoado”. A questão é de natureza epistemológica: ter um ponto de partida, ter um lado na luta política e ter como norte a compreensão de que o conhecimento deve servir à mudança social invalida as conclusões de uma pesquisa? Retira o seu caráter de ciência? O marxismo, mais do que qualquer outra teoria, teve que se defender e justificar muito; inclusive por isso tem muito a contribuir no debate sobre neutralidade em ciência, sobre o que é ciência e sobre qual é lugar conferido pelo marxismo àquela que considera a matriz de todas as ciências: a história (ver, por exemplo, Engels, 2015; Bukarin, 1970; Bottomore, 1976, Saes, 1994; Chibber, 2012, Cohen, 2013; Löwy, 1985; Cardoso, 1997).

Entendemos, entretanto, que as razões para a marginalidade e o rechaço do marxismo na universidade passam, também, por outras razões: a composição de classe dos professores; a recusa deles em assumir o compromisso político com a esquerda que o “ser marxista” impõe, as implicações desse compromisso político de esquerda na política universitária, entre outros. Cada um desses pontos poderia compor uma agenda de pesquisa e nosso objetivo aqui é tão somente assinalar problemas ligados ao nosso estudo. Importa reter, nesse momento, a compreensão do lugar subordinado do marxismo em meio a outras correntes teóricas dominantes nas disciplinas universitárias. Ademais, há um processo histórico de crescente incorporação do marxismo na universidade e achapante marginalização dele no interior desta instituição. Importa recuperá-lo, a fim de apreciar o fenômeno com acuidade.

Como qualquer estudo sobre instituições de saber, agências de avaliação da produção intelectual e distribuição de recursos, associações científicas e profissionais das ciências sociais brasileiras demonstra, os marxistas não se encontram, com raras exceções, entre seus quadros orgânicos e dirigentes. Aliás, ao contrário, não é raro que o núcleo duro fundacional e seus gestores (investidos de poder institucional), assim como os agentes mais prestigiados do espaço das práticas (investidos de reconhecimento propriamente intelectual) apresentem trajetórias de reconversão política, cujo ponto de partida localiza-se no que poderíamos chamar de uma esquerda radical e cujo ponto de chegada situa-se no centro e na direita. Sendo este um padrão indissociável da Guerra Fria nas Ciências Sociais e, portanto, típico desdobramento da mesma em numerosos países, importa indicar em linhas gerais o modo como tal processo reconfigurou o espaço das disciplinas em que o marxismo se situa, desde os anos 1970. Grosso modo, entre as iniciativas de leitura acadêmicas de Karl Marx, que marcaram os anos 1950 a 1970 e que o tornaram um autor “clássico”, digno de merecer uma “leitura filosófica” e os dias atuais, o marxismo passou de corpo teórico pouco acessível, restrito aos círculos de leitores iniciados e prestigiadíssimo à condição de estigmatizado (Rodrigues, 2016; Boito, Motta, 2010). Como caracterizar historicamente as variações de sua posição no cenário acadêmico nacional?

Como é sabido, entre os anos de 1964 e 1988, o Brasil viveu sob uma ditadura militar, e a política partidária se organizou em torno da oposição consentida, entre o Arena e o MDB. As resistências armadas foram presas, torturadas, mortas ou destinadas ao exílio político. Simultaneamente ao fechamento político, processou-se uma modernização econômica conservadora, na qual o Estado foi patrocinador e incentivador da indústria da cultura e do sistema de ensino superior. Como a bibliografia especializada já demonstrou, a censura ditatorial se dirigiu aos *conteúdos ideológicos* dos bens culturais *pari passu* o incentivo à expansão quantitativa de setores específicos dele. Desse modo, atividades como cinema, televisão, rádio, publicidade — entre outros domínios da indústria da cultura — expandiram em escala nacional e alteraram a configuração do mercado de bens simbólicos (Santos, Teles e Teles, 2009; Ridenti, 2011; Ortiz, 2001; Miceli, 1984; Arruda, 2015). Concomitantemente, o setor terciário demandava mão de obra qualificada, dando empuxo à escolarização, também incentivada por políticas estatais. Assim, em todos os níveis do sistema educacional, a população escolarizada aumentou, e o nível superior concorreu mais fortemente para isso. É no interior desse quadro mais amplo que, de modo similar, reconfigura-se o espaço das ciências sociais: com censura aos conteúdos e ampliação de mercado. Apesar da perseguição sofrida por determinados setores, observa-se uma ampliação de instituições de pesquisa, da população universitária e do sistema de pós graduação. E, a exemplo do que ocorreu em diversos setores econômicos, a parceria do capital privado estrangeiro com o nacional (Novais e Cardoso de Mello, 1998) também viabilizou este processo de expansão.

De um lado, temos o mecenato científico estrangeiro — particularmente, a Fundação Ford — que drenou os insumos econômicos para dois fins articulados: a) o financiamento de instituições

de pesquisa; b) o financiamento de doutorados — em determinadas universidades estadunidenses e em determinadas disciplinas. Os quadros formados nos Estados Unidos deveriam voltar ao país e liderar a importação dos métodos, agenda de pesquisa e bibliografia a que foram expostos, atuando naquelas mesmas instituições financiadas pela Ford. A filantropia da Ford, bibliografia recente tem demonstrado, resultava de cálculo meticuloso e ligava-se estreitamente às injunções da Guerra Fria no campo científico global. Particularmente, no âmbito das ciências sociais, tratava-se de: a) antepor os referenciais estadunidenses à predileção mundial pelo mundo intelectual europeu; b) difundir, em detrimento das grandes teorias, em geral, europeias, estudos embasados empiricamente; c) eliminar o marxismo do espaço de imaginação intelectual — tido como europeu, excessivamente teórico e, sobretudo, pró-soviético — como referencial analítico (Iber, 2015; Holmes 2013; Solovey, 2013; Solovey e Cravens, 2013; Calandra e Franco, 2012; Guilhot, 2005; Gilman, 2003; McCarthy, 1987; Pollak, 1979).

De outro lado, temos a política de expansão do sistema de ensino executada pela ditadura militar. Em 1968, a “Reforma Universitária (RU)”, resultante da assessoria prestada pela United State Agency for international Development (USAID) ao MEC (Ministério da Educação e Cultura), foi recebida sob intensos protestos por alunos e professores, que elaboravam seus próprios projetos de reforma. Em que se pese o autoritarismo da elaboração e da implantação, ela não tardou em seus resultados quantitativos. Em anos anteriores, o problema mais pungente consistia nos chamados “excedentes” (pessoas aprovadas nos exames para ingressar nas universidades públicas gratuitas em maior quantidade do que as vagas disponíveis). A RU aumentou, expressivamente, o número de vagas disponíveis, considerando-se a pouca densidade do mercado brasileiro de diplomas e cursos. Para que se tenha escala, apresentamos esse dado: na década de 1960, a soma de todos os alunos brasileiros cursando o ensino superior não atingia o número total desta mesma população na cidade de Nova York (Cunha, 1988, p. 169). Entre as décadas de 1960 e 1980, o número de matrículas no ensino superior brasileiro aumentou em 1.400% (Miceli, 1995, p. 17).

Do consórcio entre o mecenato filantrópico estadunidense e o Estado brasileiro, resultou uma segmentação institucional, de vigência longa, opondo instituições e agentes, mais acentuadamente voltados para pesquisa ou mais acentuadamente voltados para tarefas didáticas: a) os arranjos institucionais inéditos (novos programas de pós-graduação/PPGs e centros de pesquisa privados) — desvincilhados do sistema universitário (Keinert, 2011) tais como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento/CEBRAP e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/IUPERJ; b) as universidades — mais voltadas para o ensino, ainda que oferecendo títulos de mestrado e doutorado. Do ponto de vista dos cientistas sociais da chamada “geração 68” (isto é, de profissionais mais “americanizados”, Keinert, 2011), as universidades passaram a representar uma tripla desvantagem: padeciam da censura política por parte do Estado, da hiper-politização dos estudantes e oneravam o orçamento do tempo com deveres didáticos, bloqueando projetos de pesquisa de escopo mais largo. Gradativamente, as oportunidades mais vantajosas (isto é,

economicamente mais dotadas e com chancela política ao longo da ditadura) foram monopolizadas pelos agentes que correspondiam à nova morfologia institucional — americanizada, priorizando pesquisa empírica e com forte rechaço ao marxismo. A esta segmentação institucional corresponde uma segmentação entre os agentes: aqueles mais atrelados às universidades (para os quais a atividade didática se sobrepõe à de pesquisador; as referências europeias às americanas e que tendem a ser marxistas — ou ao menos tolerantes a ele) e aqueles mais vinculados aos centros autônomos (para os quais a equação se inverte, particularmente no que tange ao marxismo). Entre os anos 1970 e 1990, a morfologia institucional torna-se um constructo desses agentes, na medida em que, gabaritados à americana, eles tornam-se gestores científicos (no interior de agências estatais reguladoras, avaliadoras e financiadoras, tais como CNPq, CAPES e FINEP), dispendo de condições ótimas de imposição aos pares dos padrões de ascensão e sucesso de sua própria carreira⁵.

Há certas tomadas de posição, no interior da aludida geração “americanizada”, que corresponde de modo cabal ao processo descrito, podendo ilustrá-lo de modo exemplar. No XI Congresso Mundial da International Association of Political Science (IPSA), realizado em Moscow, em 1979, Wanderley Guilherme dos Santos, Fabio Wanderley Reis e Bolívar Lamounier apresentaram diagnósticos a respeito da Ciência Política na América Latina. Particularmente os dois primeiros explicitaram tomadas de posição correspondentes às suas posições objetivas e interesses atrelados a ela, em três dimensões competitivas: entre disciplinas (isto é, a Ciência Política contra suas concorrentes mais prestigiadas); contra a geopolítica internacional condicionada pela hierarquia da geopolítica científica do país (isto é, contra a hegemonia da França entre os intelectuais de São Paulo); contra o marxismo como orientação teórica.

Os diagnósticos são inequívocos em estabelecer a última dimensão como a mais nociva, posto que se entrelace às outras duas: a transferência das obras e dos conceitos marxistas do espaço político ao espaço acadêmico processou-se fortemente em São Paulo, onde as chamadas “missões francesas” e a proeminência da Filosofia instaram às práticas de exegese de texto e às tomadas de posição em favor de Marx que, no limite dispensariam as pesquisas empíricas que os cientistas políticos lutavam para fazer valer. Neste sentido, a dificuldade do estabelecimento de fronteiras entre as disciplinas também se ligava ao marxismo e seu apreço por análises “globalizantes”, e, portanto, refratárias à ideia de “autonomia” da esfera política⁶; ou “economicistas”, e igualmente refratárias a esta ideia. Ora, precisamente esta era a disputa na qual estavam envolvidos: a defesa científica da autonomia do fenômeno político como fundamento das análises da ciência política e, simultaneamente, a própria construção desta autonomia, evidente nos engajamentos práticos a que esta nova ciência conduzia.

Esquadrinham-se assim os empuxos que encaixaram os marxistas e suas expertises eruditas no sistema universitário, o polo de pendor didático. As competências que delimitam o *ethos* intelectual do meio, derivadas do interesse pelos textos originais — tais como: o domínio de línguas estrangeiras para a leitura de grandes obras, comentário de grandes autores, discussão (dita) teórica, produção de

“notas” de leitura — são inteiramente destituídas de valor prático e simbólico pelo “americanizado”, de pesquisa empírica das ciências humanas. Do modo análogo, enquanto estes últimos opinam pela produção de artigos; os marxistas produzem, leem e citam, acima de tudo, livros. As transformações pelas quais passaram o campo político, a indústria cultural e o campo intelectual ao longo dos anos 1970 auxiliam a compreender *parcialmente* por que, individualmente e como grupo, os primeiros leitores universitários de Marx tenham conquistado posições dominantes e prestigiadas em suas disciplinas, ao contrário do destino contemporâneo dos marxistas nas universidades, fortemente marginalizados e estigmatizados por seus pares.

A fim de circunscrever o fenômeno do marxismo nas universidades brasileiras, de modo bem informado, são oferecidos a seguir alguns resultados parciais da pesquisa “o marxismo nas universidades brasileiras”. E, preliminarmente, vale a pena apresentá-la.

A pesquisa “O marxismo nas universidades brasileiras” iniciou-se no Grupo de Trabalho “Marxismo e Ciências Humanas”, no 37º encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (2013). Elaboramos um questionário com 59 perguntas, em sua maioria fechadas, para ser respondido por marxistas brasileiros. Três filtros foram estabelecidos para os respondentes: a) identificar-se como marxista; b) trabalhar (como professor) e/ou estudar em universidade (pública ou privada); c) se estudante, estar em nível de pós-graduação (mestrado, doutorado, pós-doutorado).

As perguntas subsidiam a caracterização do perfil socioeconômico, intelectual e político, destes indivíduos. Elas foram organizadas em três blocos: a) *morfológico* (idade, sexo, renda, profissão dos pais, região geográfica de origem e de trabalho); b) *tomadas de posição política* (militância, preferência e rejeição partidárias; engajamento em movimentos; opinião a respeito de políticas afirmativas –entre outras) e *tomadas de posição teórica* (autores e dirigentes políticos de predileção e rejeição; cientificidade do marxismo; relação com teorias concorrentes – entre outras); c) *vida profissional* (posições no espaço das disciplinas acadêmicas e do marxismo: aluno/professor; área/disciplina profissional; motivações de carreira; participação em poderes institucionais, como comissões, júri de avaliação em teses e concursos, diretorias, reitorias – entre outras).

O desconhecimento a respeito do número total que compunha o universo de nosso interesse impôs as estratégias de acesso aos respondentes. Optamos por lançar o questionário na *internet* e trabalhar pela capilarização dele, a partir de pontos centrípetos e próximos do espaço. Inicialmente, os respondentes potenciais foram convidados, via e-mail, pessoal e individualmente, a responderem à pesquisa e auxiliarem na divulgação entre seus pares. Seus nomes foram extraídos da lista de endereços do “Centro de Estudos Marxistas” (CEMARX), sediado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Ainda nesta primeira etapa, solicitamos aos conselhos editoriais das revistas auto identificadas marxistas à época e com as quais tínhamos relação (*Crítica Marxista, Margem Esquerda, Outubro, Antítese, Novos Rumos, Novos Temas, Lutas Sociais, História e Luta de Classes*) que

respondessem ao questionário e nos auxiliassem na difusão do mesmo. A segunda etapa consistiu numa averiguação da consistência da coleta, baseada no conhecimento que temos deste espaço. A fim de contornar o que nos pareceu uma sub-representação disciplinar — poucos respondentes das áreas de Educação e Serviço Social, por exemplo —, por meio do “Diretório de grupos de pesquisa” do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), localizamos potenciais respondentes e também os convidamos. Durante todo o tempo, a pesquisa foi divulgada em sites, blogs e redes sociais. O início da campanha pelas respostas ocorreu em fevereiro de 2014 e encerramos a coleta em janeiro de 2015. Por conta desses procedimentos de difusão, podemos afirmar que nosso questionário chegou à grande maioria das mulheres e homens marxistas presentes nas universidades brasileiras. Entendemos que as pessoas não atingidas estão razoavelmente isoladas dos meios marxistas, e de suas atividades práticas, presentes no país: conselhos editoriais de revistas; grupos de pesquisa identificados com esse corpo teórico; participação em grandes encontros de marxistas no Brasil. A base é constituída por 988 respondentes válidos.

Aproveitamos o ensejo para agradecer a todos os respondentes, aos conselhos editoriais e aos líderes que nos auxiliaram na campanha pela participação nesta pesquisa. Com o financiamento do CNPq (Edital Universal de 2014), Danilo Torini⁷ tem trabalhado conosco no tratamento dos dados desde o início do processo.

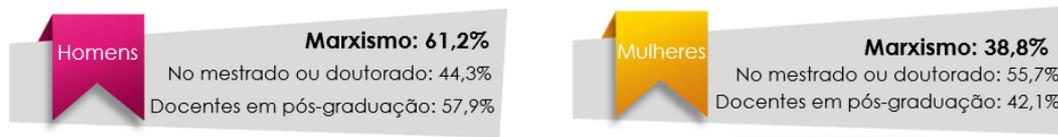
O banco de dados nos permite esquadriñar: quem são as mulheres que se identificam com esse conjunto teórico minoritário e marginal e que se autodesignam “marxistas”? Que perfil social, político e econômico têm essas mulheres que, dominadas em um universo no qual os lugares de poder ainda são espaços masculinos, resolvem assumir de maneira aberta um conjunto teórico marginal? Existiria algum tipo de associação possível entre esses dois tipos de marginalidade? Como elas percebem as principais questões envolvendo a teoria e a política entre os marxistas? O texto que segue procurará oferecer algumas respostas e apresentar hipóteses bem informadas sobre essas questões. Frequentemente, ao tratar as respostas oferecidas pelas mulheres, haverá comparações com aquelas dos homens.

1. Perfil socioeconômico das marxistas

Dentre os 988 respondentes que compõem nosso banco de dados, contamos 383 mulheres (38,8%)⁸ e 605 homens (61,2 %). Ao que tudo indica, esta desproporção corresponde àquela encontrada no mercado de trabalho dos postos universitários e, particularmente, do sistema de pós-graduação. Mas, um olhar rápido sobre alguns dados nacionais (Census, 2013) sobre gênero nas universidades, nos aponta a presença restrita das mulheres no marxismo: tomado o conjunto dos estudantes de mestrado e doutorado no Brasil no ano de 2013, as mulheres representavam 55,7% do total. No mesmo ano, entre os docentes de pós graduação presencial, categoria já bastante restrita na

qual o filtro do avanço na carreira já eliminou muitas mulheres, elas representavam um contingente de 42,1%.

Quadro 1: Homens e mulheres marxistas x estudantes de mestrado e doutorado e docentes na pós-graduação



Fonte: Com referências Pnad e Censup, 2013.

Dentre nossas respondentes, 204 marxistas eram estudantes de algum nível de pós-graduação. Apenas 102 delas não eram professoras de algum nível de ensino. Professoras universitárias eram, ao todo 218 respondentes, o que nos faz deduzir que parte das professoras universitárias eram, também estudantes de pós-graduação. A faixa etária que concentrava a maior parte das respondentes é a que vai dos 26 aos 35 anos (154 respondentes); em seguida, a que vai dos 36 e 45 anos (82 mulheres). Ao todo, as duas faixas etárias somam 61,6% das respondentes.

Dentre homens e mulheres, os que responderam que eram professores do ensino superior, ou seja, 567 sujeitos, 83,9% eram professores do ensino superior público e 13,5% do ensino superior privado⁹. Entre os professores do ensino superior público, a média da participação feminina é um pouco maior do que aquela que se observa no conjunto da amostra: 40,7% contra 38,8%. Tendo em conta que as mulheres são maioria dos cursos de graduação e pós-graduação hoje no país¹⁰, entendemos que esses dados comprovam que, também entre os marxistas, ao longo da carreira universitária as mulheres vão sendo afastadas. E outras pesquisadoras já apontaram que elas ocupam significativamente menos os postos mais altos da hierarquia acadêmica e têm acesso mais restrito às bolsas de produtividade em pesquisa (conferir, por exemplo, Melo, 2018 e 2019).

O universo acadêmico mostra, também entre os marxistas, características de exclusão social importantes. Segundo os dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 — o mais próximo da nossa pesquisa de 2013 — dos 191 milhões de brasileiros em 2010, 91 milhões se classificaram como brancos, 15 milhões como pretos, 82 milhões como pardos, 2 milhões como amarelos e 817 mil como indígenas. Ou seja, 47,7%, do total da população brasileira é branca – ou se identifica como – e 50,7% da população é preta e parda¹¹. Na nossa pesquisa, 60,5% são brancos e 24,7% são pretos ou pardos. Amarelos e indígenas somaram 1,5%, apenas um décimo a mais que o dado do censo (1,4%). Entre as mulheres marxistas apenas 25,6% são pretas e pardas¹².

Mulheres e negros estão sub representados no marxismo. Poderíamos entender isso como resultado de uma reprodução de barreiras externas que já atuam no sistema universitário brasileiro como um todo? Ou haveria características próprias do marxismo acadêmico, que afastam essas minorias¹³? Quais são as propriedades sociais e disposições cognitivas do grupo particular de mulheres que se submetem ao regimento específico desse espaço? Essas são questões para as quais

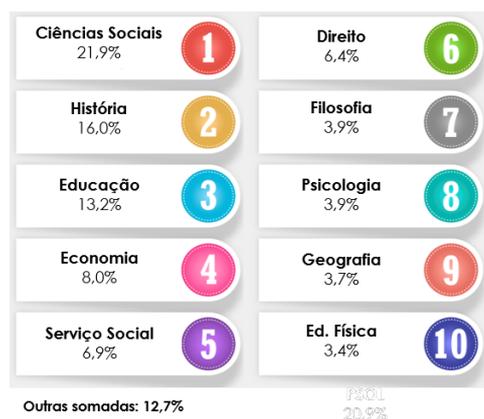
um *survey* como o que fizemos pode apenas oferecer alguns indícios de respostas.

Poderíamos pensar que o marxismo, por sua condição subordinada na luta de ideias dentro das universidades brasileiras, poderia abrigar um número muito maior de indivíduos provindos das chamadas minorias do que a média do sistema. Isso acontece, de fato, entre os professores e professoras do ensino superior, categoria na qual a comparação com a média nacional mostra que o marxismo é bem mais inclusivo: lembremos que é de 22,1% a porcentagem de professores negros no marxismo (nossa pesquisa) contra 5,3% (pesquisa do Censup) no sistema universitário geral no Brasil. Entretanto, entre os/as estudantes, a presença de pretos e pardos entre marxistas e no conjunto dos/as estudantes de pós-graduação brasileiros são muito semelhantes: 8,1% e 29%, respectivamente; e com pequena desvantagem para os marxistas (dados captados pela PNAD, 2013). O marxismo dentro das universidades é mais inclusivo quando o critério observado é a presença de professores negros, mas é menos quando o critério é a presença de mulheres.

Mulheres marxistas estrangeiras presentes nas universidades brasileiras como estudantes ou professoras e que responderam nossa pesquisa eram 8 das 383. A Região Sudeste do país, aquela cujo sistema universitário é o maior, concentra 44,6% das marxistas. Em seguida, temos a região Sul, com 21,9% e Nordeste, 19,6%. Sobre o estado civil das marxistas respondentes, 52,7% delas eram casadas ou viviam uma união estável e 32,4% eram solteiras. Esses números são bem próximos aos que obtemos com as respostas advindas dos homens.

Entre as 204 estudantes marxistas (99 de mestrado, 90 de doutorado, 4 de pós-doutorado e 11 de especialização), 175 delas realizam seus estudos de pós-graduação em uma universidade pública do sistema federal ou dos sistemas estaduais. Professoras e estudantes marxistas que responderam nossa pesquisa estão inseridas nas áreas em que, tradicionalmente, o marxismo é presente: Educação (84 respondentes) e Ciências Sociais (64), primeiramente, depois, Serviço social (56), História (31), Psicologia (24), Letras/Linguística e Economia (16 respondentes cada) e Direito (14). Ao todo, 21 áreas foram citadas pelas marxistas; dentre essas áreas, algumas em que a presença do marxismo é, certamente, ainda mais marginal e improvável, tais como Educação Física (11), Enfermagem (7) e Medicina (3). Para um parâmetro geral de comparação na pesquisa, temos, entre homens e mulheres, as seguintes dez áreas mais citadas quando perguntada a formação dos/as respondentes:

Quadro 2 – Distribuição dos marxistas por áreas



Na sua maioria, 225 respondentes (ou 58,7%), as marxistas nas universidades brasileiras moravam em núcleos familiares pequenos, formados apenas por um casal (33,7%) ou por cônjuge e 1 ou 2 filhos (32,9%). Famílias numerosas e casas com muitos habitantes foram raras entre as respondentes. Das 383 mulheres que responderam nossa pesquisa, apenas 5 habitavam com mais 5 ou 6 pessoas. Esses dados confirmam tendência nacional: em média, no Brasil, cada domicílio tem 3,1 pessoas¹⁴.

Na nossa pesquisa, 70% das mulheres trabalhavam em 2013-2014, contra 79,5% dos homens. 56,9% eram professoras de nível superior; em números absolutos, 218 mulheres. A tabela 1, abaixo, nos informa sobre a renda dessas mulheres em comparação à dos homens. A pergunta versava sobre a renda familiar bruta. A disparidade de renda não era, na ocasião da pesquisa, como podemos perceber, uma diferença especialmente marcante entre homens e mulheres, embora nas faixas iniciais as mulheres estejam em situação inferior. Podemos presumir que é na condição de estudante que as mulheres marxistas enfrentam as piores condições financeiras em comparação à situação dos homens.

Tabela 1: Renda¹⁵ por sexo

	Mulheres	Homens
não tenho renda	0,8%	0,8%
até 3 salários mínimos	13,3%	11,7%
acima de 3 até 5 salários mínimos	18%	15,4%
acima de 5 até 10 salários mínimos	27,2%	30,7%
acima de 10 até 20 salários mínimos	31,9%	28,4%
mais de 20 até 30 salários mínimos	7%	7,9%
mais de 30 até 40 salários mínimos	0%	3,5%
mais de 40 salários mínimos	1%	0,7%

No que se refere à propriedade imobiliária, as mulheres estavam em condições ligeiramente melhores que os homens: enquanto 54,3% eram proprietárias; entre eles a porcentagem era de 47,6%. Entre aqueles sem nenhuma posse imobiliária, em termos percentuais, os homens também estavam em desvantagem: 43,6% entre elas e 50,1% entre eles. Muito minoritariamente, entre elas também encontramos a posse de fazenda (1), sítio ou chácara (10), casa de praia (11), imóvel alugado como fonte de renda adicional (31) e uma marxista era proprietária de uma pequena empresa.

Encerraremos esse breve perfil socioeconômico das marxistas com um dado que consideramos importante para análise da trajetória profissional e acadêmica das mulheres: a

escolaridade e a perfil de classe dos pais. A questão sobre a profissão dos pais era **aberta**, portanto, ao final da pesquisa, tínhamos uma grande lista de mais de 90 profissões. Agrupando essas profissões, encontramos um fato interessante: não é entre operários e operárias que estão a grande maioria dos pais e mães das marxistas. Ou seja, não foi naquele grupo social que é considerado pela teoria marxista o bastião da luta socialista (comunistas e social-democratas inclusos), o proletariado, que as marxistas brasileiras se formaram. Entre os pais dessas mulheres, as únicas profissões que computaram mais de dois dígitos de presença foram a de trabalhadores de comércio e de serviços com escolaridade média com 18,3%, e profissionais de nível superior, com 24,5%. Excetuando-se esses últimos e mais os professores de nível superior, 2,9% do total, o que temos é uma origem bastante popular das marxistas; 72,6% dos pais das marxistas pesquisadas tinham profissões com baixa exigência de escolaridade e remuneração, ao que tudo indica, também baixa. Entre as mães dessas mulheres, esse quadro fica ainda mais claro, pois diminuí o número de profissionais de nível superior no geral e de professoras universitárias; assim como sobe o significativamente o número de profissionais encaixadas no grupo “outros trabalhadores sem exigência de escolaridade”, de 2,1% entre os pais para 32,1% entre as mães. Entre essas últimas também é muito mais forte a presença de trabalhadoras na educação básica: de 3,1% entre os pais, para 20,4% entre as mães.

Tabela 2: Profissão do pai e da mãe das marxistas

	Pai		Mãe	
	N	%	N	%
Trabalhadores rurais	33	8,6	12	3,1
Profissionais de educação básica	12	3,1	78	20,4
Profissionais de nível médio	25	6,5	24	6,3
Trabalhadores do comércio ou serviços (escolaridade média)	70	18,3	25	6,5
Profissionais de nível superior	94	24,5	61	15,9
Profissão não identificável (serviço público)	10	2,6	7	1,8
Trabalhadores industriais qualificados e semiquilificados	12	3,1	1	0,3
Trabalhadores do setor de transporte	20	5,2	-	-
Trabalhadores industriais de baixa qualificação	6	1,6	3	0,8
Outros trabalhadores sem exigência de escolaridade	8	2,1	123	32,1
Trabalhadores manuais especializados e artesãos	28	7,3	27	7,0
Professores do ensino superior	11	2,9	7	1,8
Trabalhadores em segurança (PM, bombeiro, vigilante)	26	6,8	-	-
Trabalhadores da construção civil	6	1,6	-	-
Outros	15	3,9	5	1,3
Empresários com baixa escolaridade	2	,5	2	0,5
Não responderam	5	1,3	8	2,1
Total	383	100,0	383	100,0

As mulheres marxistas têm, no fundamental, origem nas camadas populares.

Perfil acadêmico das marxistas

Apresenta-se, a seguir, o perfil acadêmico das mulheres marxistas, de modo relacional, isto é, procurando estabelecer aproximações e distanciamentos em relação aos homens marxistas.

Diante da marginalização feminina em diversas instâncias sociais, seria de se esperar que esta condição engendrasses, entre as mulheres marxistas, tomadas de posição e respostas opostas (ou diversificadas, não alinhadas) no contraste com as respostas masculinas. E, no entanto, isso não se verifica. Ao contrário, mulheres e homens tendem a ter acordo em numerosas questões controversas no interior do marxismo. Ao longo da exposição, enseja-se uma hipótese explicativa, estribada nos dados levantados e em estudos anteriores. Para tanto, divide-se a exposição em três partes: em primeiro lugar, destacam-se variáveis de trajetória prévia ao ingresso na universidade; depois, destacam-se tomadas de posição no que diz respeito à atuação institucional universitária e profissional; por fim, colocam-se em relevo as tomadas de posição no que tange a questões candentes para os marxistas.

A respeito do percurso prévio ao ingresso na universidade, selecionamos, nesta apresentação, três questões: 1) em que tipo de estabelecimento escolar as marxistas cursaram o ensino médio; 2) qual era a escolaridade materna; 3) os primeiros contatos com o marxismo (notadamente, na escola e na universidade).

Tabela 3. Tipo de estabelecimento escolar em que cursou o ensino médio

	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
escola pública	187	48,8	286	47,27
escola privada	166	43,3	258	42,6
parcialmente em ambas	30	7,8	61	10,1
Total	383	100,0	605	100,0

As tabelas 3 (acima) e 4 (abaixo) sugerem algumas conexões dignas de nota. Por um lado, a escolaridade materna das mulheres marxistas (tabela 4) reforça as constatações já destacadas, a respeito de suas origens nas camadas populares: apenas 20,9% das mães das marxistas chegaram à mesma etapa de formação escolar que suas filhas – isto é, na pós-graduação (considerando-se que todas as respondentes ou são estudantes de pós ou já a concluíram). Chama atenção a faixa entre o ensino fundamental completo e o ensino médio incompleto, que concentra quase metade das respostas: 45,9%. Para esta fração das marxistas, a etapa do percurso em que se encontram é significativamente um avanço em relação à longevidade escolar familiar — galgaram as etapas do ensino médio e superior completos, inacessíveis para suas mães. Por outro lado, a tabela 3 sugere haver entre as famílias dos respondentes investimentos e esforços no sentido de mantê-los no sistema de ensino privado: 43,3% das mulheres e 42,6% dos homens cursaram o ensino médio inteiramente em escola privada. Considerando-se ainda a fração de pessoas que cursaram parcialmente (em escola pública e privada, isto é, 17,9%), é de se supor que praticamente metade dos marxistas universitários tenham sido formados, e fortemente marcados, pelo sistema privado de ensino. Em conjunto, as duas tabelas sugerem que as famílias dos respondentes estivessem em um percurso econômico

ascensional – pois, como se sabe, estas famílias tendem a investir nos estudos dos filhos, realizando cálculos parcialmente estratégicos de sucesso social para a reprodução familiar.

Tabela 4: Escolaridade materna

	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Analfabeta	8	2,1	9	1,5
Ensino fundamental incompleto	37	9,7	63	10,4
Ensino fundamental completo	89	23,2	135	22,3
Ensino médio incompleto	87	22,7	123	20,3
Ensino médio completo	20	5,2	29	4,8
Superior incompleto	3	0,8	2	0,3
Superior completo	39	10,2	52	8,6
Pós-graduada	80	20,9	157	26
Não sei / Não conheci minha mãe	20	5,2	35	5,8
Total	383	100,0	605	100,0

Tabela 5: Indivíduos que tiveram seu primeiro contato com o marxismo na escola e na universidade

	N	% no universo do gênero	% no conjunto dos respondentes
Mulheres	222	57,9	22,4
Homens	296	48,9	29,9
Total	518	-	54,4

Note-se que, ao contrário do que grupos de direita afirmam, apenas por volta de 54% dos marxistas universitários travaram contato com o marxismo no sistema de ensino. Obviamente, a relevância do sistema de ensino para a difusão, manutenção e reprodução do marxismo não se processa tal como a opinião corrente supõe, e ele conta com instâncias de recrutamento prévias ao ingresso na universidade. As demais alternativas de primeiro contato com o marxismo assinalavam: família, movimento social, partido, imprensa e amigos; e os respondentes indicaram em geral mais de uma fonte de contato com o marxismo. É evidente que a combinação entre elas recruta mais fortemente do que o “sistema universitário”. Apenas 37% dos respondentes afirmaram ter tido seu primeiro contato com o marxismo na universidade¹⁶.

A título de averiguar similitudes morfológicas entre homens e mulheres, as questões das tabelas 3, 4 e 5 são relevantes, pois remetem a uma experiência anterior aos efeitos tanto da socialização universitária, quanto daquela própria ao circuito marxista. Em conjunto, a similitude destas respostas sugere que o perfil socioeconômico (dado pelo tipo de estabelecimento escolar) e o perfil cultural (de que a escolaridade materna e as fontes de contato com o marxismo são indicadores exemplares) dos indivíduos atraídos/recrutados pelo marxismo universitário é idêntico entre as mulheres e os homens.

A pouca distância entre as respostas de homens e mulheres nos dados levantados não nos permite voos interpretativos mais ousados sobre essa distância. Na tabela 5 encontramos 57,9% entre mulheres e 48,9% entre homens que tiveram seu primeiro contato com o marxismo na escola ou na universidade. Estes nove pontos percentuais podem ser atribuídos à educação feminina, que tende a

restringir os circuitos de sociabilidade e condicioná-las a tomar distância do mundo político, visto, em geral, como mundo dos homens. Seria extrapolar demais sugerir algo para além disso. Parece mais promissor atinar para a tendência geral entre nossos e nossas respondentes a apresentarem trajetórias prévias similares, assim como tomadas de posição idênticas em seu universo profissional. Dito de modo simples: talvez a tomada de posição teórica tão corrente entre os marxistas, de que a categoria “classe” seja mais abrangente e determinante (e relevante) do que a de gênero não se ligue apenas às conjecturas teóricas cerebrinas. A morfologia — os atributos sociológicos mais elementares desse circuito — parece dar subsídio a tal postura, na medida em que se observa relativa homogeneidade socioeconômica e cultural entre homens e mulheres. Tudo se passa como se o marxismo universitário atraísse homens e mulheres com propriedades prévias a seu ingresso na universidade que são relativamente similares.

Passemos agora à apresentação de escolhas realizadas nas etapas seguintes da carreira social e profissional. Destacamos as respostas à indagação a respeito das motivações para cursar pós-graduação. A similitude, assinalada como tendência geral, verifica-se também neste quesito.

Em que se pese a possibilidade de as respostas a esta pergunta serem lidas como racionalizações posteriores de escolhas não tão calculadas, ela suscita interesse em pelo menos dois sentidos. De um lado, esta possível “racionalização” é compartilhada por homens e mulheres. À similitude das origens e do percurso prévio (tabelas 3, 4 e 5, acima) podem ser adicionadas as motivações reputadas por homens e mulheres na escolha por prosseguir na pós graduação (tabela 6, abaixo). Não surpreende que se reponham estas similitudes nas idênticas tomadas de posição em relação a questões universitárias — como mostram as respostas a seguir (tabelas 7, 8, 9 e 10, abaixo). Ao que tudo indica, para além da mesma tomada de posição teórica e de estarem à esquerda do espectro ideológico, as afinidades prévias e as dificuldades profissionais compartilhadas já na condição de marxistas atuando em universidades, concorrem para reforçar vínculos (de natureza intelectual e afetiva, inclusive) e sintonizar reações e opiniões. A proporção idêntica de respostas afirmativas a duas perguntas permite sugerir isso.

Tabela 6: Qual foi a principal razão para você optar por fazer pós-graduação?

	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Desejo de seguir carreira acadêmica	250	65,3	438	72,4
Necessidade de aperfeiçoamento por exigências do mercado de trabalho	20	5,2	17	2,8
Por razões políticas e/ou ideológicas	69	18,0	91	15,0
Possibilidade de conseguir bolsa e me manter financeiramente pelo período da pós	5	1,3	6	1,0
Pressão familiar ou de amigos	2	0,5	1	0,2
Terminei a graduação sem perspectiva clara e me mantive no percurso que considerava natural ou normal	15	3,9	30	5,0
Outra	22	5,7	22	3,6
Total	383	100,0	605	100,0

De outro lado, destaque-se que a primeira e a última alternativa (“desejo de seguir carreira acadêmica”; “mantive-me no percurso que considerava natural ou normal”), que contabilizam 69,2% de mulheres e 77,4% de homens, contraria as representações correntes dos marxistas enquanto indivíduos para os quais a política se sobreponha aos interesses propriamente intelectuais. Trata-se de respostas nitidamente orientadas para o pólo acadêmico da carreira, em detrimento do pendor político (ao menos nesta escolha): apenas 18% das mulheres e 15% dos homens atribuem a motivações ideológicas seus investimentos na pós-graduação. Com efeito, os dados abaixo reforçam esta observação (particularmente, as tabelas 9 e 10, abaixo).

A fim de esquadriñar o perfil acadêmico e as condições de trabalho de nossos respondentes, nós perguntamos se já tiveram dificuldades por se identificar ou ser identificado como marxista e se consideravam que a instituição universitária impõe limites à atividade intelectual e docente dos marxistas. Mulheres e homens tendem, de novo, a concordarem e convergirem percentualmente (tabelas 7 e 8). Em sua esmagadora maioria (83% das mulheres e 75% dos homens) afirmam ter sentido dificuldades, em seu meio profissional acadêmico, por conta de sua filiação à teoria marxista. Em contrapartida, 62,1% das mulheres e 64,1% dos homens acreditam (e sentem) que a instituição universitária lhes impõe limites intelectuais e didáticos.

Não parece se tratar de uma queixa sem contrapartida objetiva. Ao contrário. Esta percepção parece corresponder ao recuo histórico realizado na primeira sessão do presente trabalho. Com efeito, trata-se da vivência prática resultante da marginalização dos marxistas de instâncias decisórias do campo científico (agências de avaliação e fomento, por exemplo) e do marxismo enquanto corrente teórica (em favor de matrizes estadunidenses e de técnicas de pesquisa às quais são pouco afeitos), durante as décadas de 1970 e 1990.

Tabela 7: Dificuldades por se identificar ou ser identificado como marxista

	Sim		Não	
	N	% no gênero	N	% no gênero
Mulheres	318	83%	65	16,9%
Homens	454	75,0%	151	24,9%
Total	772	78,1%	216	21,8%

Tabela 8: A instituição universitária impõe limites à atividade intelectual e docente dos marxistas?

	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Sim	238	62,1	388	64,1
Não	103	26,9	151	25,0
Não Sei	42	11,0	66	10,9
Total	383	100,0	605	100,0

Na esteira destas indagações, interessa também à caracterização do perfil profissional e acadêmico das mulheres e homens marxistas, saber o que consideram ser: “os desafios do marxismo dentro da universidade hoje, qual você considera o mais importante?”. Há pelo menos duas razões

para este interesse: averiguar se aí também homens e mulheres responderam convergentemente e

entender

reagem os

	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Buscar integração com outras correntes teóricas	13	3,4	33	5,5
Desenvolver a teoria marxista considerando o que os marxistas produziram ao longo dos séculos XX e XXI	38	9,9	131	21,7
Fazer a crítica da sociedade capitalista contemporânea	143	37,3	226	37,4
Voltar aos textos de Marx para melhor compreendê-los	151	39,4	150	24,8
Lutar pela hegemonia socialista dentro da universidade	27	7,0	42	6,9
Nenhuma das respostas anteriores	11	2,9	23	3,8
Total	383	100,0	605	100,0

como

respondentes às declaradas dificuldades que enfrentam por serem marxistas e aos limites institucionais que constroem sua atividade intelectual e docente. A pergunta comportava número limitados de alternativas de resposta; elas estão expostas na tabela 9, abaixo.

Considerando que “buscar integração com outras correntes teóricas” implique, do ponto de vista prático, a articulação institucional com pares e grupos alheios ao marxismo, há coerência entre a mínima preferência por esta tarefa (3,4% de mulheres e 5,5% de homens) e a condição marginalizada e estigmatizada – tal como declarada nas questões anteriores (tabela 7 e 8, acima). Vale esclarecer: por “ponto de vista prático”, entendemos, sobretudo no espaço profissional acadêmico, as diversas atividades coletivas envolvidas num esforço de integração com não-marxistas, tais como: seminários, discussões, orientações, bancas, publicações. Para além da leitura e compreensão de teorias não marxistas, estas atividades práticas concorrem também para inibir o interesse dos marxistas para fora de sua corrente teórica, na medida em que aquela discriminação se repõe de modo prático na realização delas.

Tabela 9: Desafio mais importante do marxismo dentro das universidades

Considerando, igualmente, a dimensão prática de “lutar pela hegemonia socialista dentro da universidade” — isto é, disputar espaços com pares não-marxistas, tanto nas atividades acadêmicas supra mencionadas quanto em outras, nas quais a disputa por recursos é mais evidente, como bancas de concurso, distribuição de bolsas no interior dos programas de pós, etc. — é surpreendente que esta proposição tenha diminuta preferência (7% das mulheres e 6,9% dos homens). É razoável que a reação à atitude ardua de colegas não-marxistas não encoraje a aposta de aproximação com os mesmos, com vistas à integração de perspectivas políticas. No entanto, essa não aposta na tarefa de lutar pela hegemonia socialista dentro da universidade demonstra, na nossa avaliação, uma coerência entre a teoria marxista que esposam e sua prática profissional (e, eventualmente, com veremos no item seguinte deste texto, militante): a universidade não é, para o marxismo, o *locus* fundamental da transformação socialista; não são os intelectuais os principais agentes dela, embora a eles caiba um papel fundamental: a construção da teoria revolucionária.

Os desafios que mais atraem os marxistas são: “fazer a crítica da sociedade capitalista contemporânea” (37,3 % das mulheres e 37,4 % dos homens); “voltar aos textos de Marx para melhor compreendê-los” (39,4% das mulheres e 24, 8% dos homens). A respeito disso, há pelo menos três pontos a serem destacados. O primeiro ponto é que, feita uma primeira aproximação, pareceria estranho que estas tarefas tenham sido eleitas os principais desafios dos marxistas, avaliando-se sua posição marginalizada nas universidades. Por outro lado, as respostas são coerentes com duas outras declarações: a) com a orientação mais acadêmica do que política acima declarada, como motivação pela escolha da pós-graduação (tabela 6); b) com o fato de que os indivíduos, majoritariamente, acreditem que os limites institucionais possam ser superados pela própria produção intelectual (tabela 10). Aquelas motivações academicamente orientadas e esta crença talvez auxiliem a compreender a eleição de tarefas menos ligadas às disputas institucionais por espaço e mais atreladas aos afazeres intelectuais. Por outro lado, não deixa de ser inusitado que uma corrente teórica tão afeita ao materialismo reúna indivíduos que apostem tão fortemente na possibilidade de superação de limites práticos pela produção intelectual em si mesma. Observe-se também, na tabela 10, abaixo, seguindo a tendência já caracterizada, a afinidade das respostas femininas e masculinas.

Tabela 10: Possibilidade de superação dos limites pela produção intelectual¹⁷

	Mulheres		Homens	
	N	%	N	%
Sim	169	44,1	267	44,1
Não	26	6,8	52	8,6
Não sei	67	17,5	89	14,7
Sem resposta	121	31,6	197	32,6
Total	383	100,0	605	100,0

O segundo ponto sobre os desafios que atraem os e as marxistas, destaquem-se os nexos entre os dois desafios mais respondidos. Eles indicam o compromisso e a identificação com a atitude intelectual e a obra do próprio Karl Marx. Afinal, “fazer a crítica da sociedade capitalista

contemporânea” foi o que o próprio Marx fez¹⁸; e “voltar aos textos de Marx para melhor compreendê-los” sinaliza a relevância atribuída à leitura de sua obra.

Em terceiro lugar, a observação atenta das respostas similares de mulheres e homens, neste caso, assinala dimensões não evidentes nas questões destacadas anteriormente. A princípio, nota-se, novamente, a convergência da concentração de respostas: tanto mulheres quanto homens, elegem a crítica da sociedade capitalista e a leitura de Marx como tarefas prioritárias; tanto homens quanto mulheres atribuem pouco peso à busca de integração com outras correntes teóricas e a lutar pela hegemonia socialista dentro da universidade. No entanto, chama atenção, nesta resposta, certa desproporção no interior de duas escolhas. Enquanto apenas 9,9% das mulheres elegem “desenvolver a teoria marxista considerando o que os marxistas produziram ao longo dos séculos XX e XXI” como desafio principal para o marxismo; 21,7% dos homens opinam a favor disso — há, portanto, um distanciamento notável nesta escolha (11,8%). Além disso, enquanto 39,4% das mulheres, elegem “voltar aos textos de Marx para melhor compreendê-los”, como desafio principal para o marxismo, apenas 24,8% dos homens escolheram essa opção — há, novamente, certo um distanciamento nesta escolha (14,6%). Dito de modo simples: mais mulheres do que homens defendem o “retorno aos textos de Marx” e mais homens do que mulheres defendem o desenvolvimento da teoria marxista — como desafio mais importante do marxismo dentro das universidades.

Uma possível explicação para esta escolha feminina – que contrasta com as demais, na medida em que dista das escolhas masculinas – requer que se atente a três dimensões: o pertencimento disciplinar das mulheres e a hierarquia entre as áreas, nem sempre assumida explicitamente pelo meio.

Quanto ao pertencimento disciplinar, como indicamos acima, as duas das áreas que mais concentram mulheres marxistas são Educação e Serviço social. Estas áreas são predominantemente feminizadas, considerando-se o conjunto de seus estudantes e professores, não apenas os marxistas. Ademais, nestas mesmas áreas têm destaque dois professores cuja trajetória e obra são indissociáveis da prática leitura, explicação e comentário de textos — o que pode ser visto como fator de indução da preferência assinalada. Trata-se de José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho — cuja relevância foi mensurada também pelo questionário que deu origem à nossa pesquisa (Rodrigues, 2019a). Particularmente, José Paulo Netto destaca-se por ter trabalhado como organizador do volume sobre Georg Lukács, na coleção *Grandes Cientistas Sociais*, coordenada por Florestan Fernandes — que é prestigiada, lida e utilizada no circuito dos professores universitários marxistas (Rodrigues, 2018). Além disso, a fim de informar mais esta hipótese, cotejamos as respostas femininas e masculinas à pergunta: “dentre as tradições/autores do marxismo, com qual você mais se identifica?” Se para a maioria das alternativas, homens e mulheres deram percentualmente respostas aproximadas, as mulheres escolheram mais concentradamente do que os homens, justamente Lukács. Enquanto 21,5% dos homens responderam o nome do marxista húngaro, 32,6% delas opinaram por este autor – ao que parece, trata-se de um efeito indireto do comentador dele sobre a área.

O eixo desta apresentação vem tomando a constatação contraintuitiva de que homens e mulheres tendem a convergir em suas respostas — fenômeno para o qual estamos esquadrinhando uma hipótese explicativa, que atrela as afinidades de origem socioeconômica e cultural às semelhantes dificuldades vividas no universo profissional, como condição que efetiva e estreita mais fortemente esses vínculos, potencializados por percursos pregressos similares. Estas similitudes, dos percursos prévios (à entrada no universo do marxismo universitário) e da situação profissional presente, possivelmente moldem preferências e percepções em comum. Elaboramos esta hipótese a partir de dois tipos de questões: as que permitiam destacar as variáveis de trajetória prévia e as de tomadas de posição no que diz respeito à atuação institucional universitária. Haveria, ainda, um terceiro conjunto de respostas, que diz respeito às tomadas de posição a respeito de questões candentes para os marxistas, por exemplo: “o marxismo é uma ciência?”, que vale a pena serem escrutinados. Para essa questão especificamente, a tendência ao acordo se repõe: para 61,9% das mulheres e 63% dos homens acreditam que sim, o marxismo é uma ciência; 26,9% das mulheres e 27,6% dos homens afirmam que o marxismo não é uma ciência; e, por fim, 11,2% e 9,4% afirmam não saber. As respostas são convergentes em todas as faixas de resposta. Seria redundante, do ponto de vista argumentativo, a exposição de mais indagações para as quais mulheres e homens marxistas respondem de modo convergente.

Se até agora tínhamos muitas convergências entre as mulheres e os homens marxistas, daqui em diante, neste item, vamos destacar as diferenças que consideramos importantes entre as respostas dos dois grupos. Elas se manifestaram fortemente no exame da fluência em língua estrangeira — que, como se sabe é uma competência muito valorizada entre marxistas, pois liga-se a modelos antigos de erudição, como assinalamos na primeira sessão deste artigo. Antes de apresentar os dados, vale fazer um comentário a respeito disso. O circuito dos marxistas universitários aprecia o conhecimento da língua materna dos autores de filiação teórica (de modo que comentaristas de Marx são mais credibilizados quando dominam alemão; os de Gramsci, se dominarem italiano etc.). Daí ser interessante caracterizar a distribuição das competências linguísticas entre mulheres e homens.

Tabela 11: Domínio de línguas estrangeiras

Faixa baixa		
	Indivíduos	% na faixa
Homens	482	59%
Mulheres	326	41%
Total	808	100%
Faixa Média		
Homens	103	66 %
Mulheres	53	33,9%
Total	156	100%
Faixa Alta (Alemão + outra)		
Homens	20	83,3%
Mulheres	4	16,6%
Total	24	100%

Mulheres e homens reúnem treze idiomas estrangeiros (alemão, inglês, francês, espanhol, italiano, esperanto, russo, polonês, árabe, hebraico, grego, latim, mandarim), porém, nem todas as línguas raras apresentam o mesmo nível de valorização. Por isso, opinou-se pela agregação das línguas em faixas hierárquicas que representasse o peso diferenciado delas, incorporando o arbitrário cultural/linguístico dos *próprios* marxistas. Tratou-se o alemão como a língua mais importante por ser a língua do autor-fundador (Marx) e que unifica todos os respondentes (marxistas), além de se contar com uma infinidade de declarações e confissões a respeito da centralidade e valor desta língua no meio (reunidas e sistematizadas em: Rodrigues, 2019b)¹⁹. A tabela 11, acima, deve ser lida do seguinte modo: os que se situam no nível baixo são respondentes que não dominam nenhuma língua estrangeira, ou dominam a língua mais próxima da Língua Portuguesa, o espanhol; ou apenas inglês. Tanto inglês quanto o espanhol são línguas de respostas duvidosas: como tudo que diz respeito a competências intelectuais, os indivíduos tendem a engrandecerem seus recursos, para compensar eventuais deficiências — e, estas línguas prestam-se mais facilmente a isso. Em contrapartida, os que se situam no topo, com alto capital de domínio de línguas estrangeiras, têm fluência (declarada), ao menos em alemão; porém, efetivamente, eles possuem sempre mais uma língua, e, em geral, é o inglês.

Neste quesito, a assimetria entre homens e mulheres tornou-se evidente. Esse dado surpreende, se cotejado com o que assinalamos acima, a respeito do que as mulheres consideram ser os desafios mais prementes. Como explicar que elas defendam mais fortemente que os homens o “retorno ao texto de Marx” sendo que, em conjunto, elas dependem de traduções e comentários, posto que não tenham domínio da língua nativa do autor? Diante dos dados que coletamos, vale sugerir que se trata, efetivamente, do efeito de disciplina: a concentração feminina na Educação e no Serviço social, nos quais figuras de destaque apresentam obras fortemente orientadas para o comentário de textos clássicos (tais como Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto) parece induzir esta predileção.

2. Perfil político das marxistas

Se o marxismo é uma opção teórico-metodológica e política, como afirmamos no início deste texto, talvez o marxismo acadêmico que se consolidou no Brasil entenda o “fazer político” como algo bem particular: talvez ele se restrinja à política universitária ou entenda por fazer política a própria produção intelectual. O fato é que as marxistas presentes no aparelho universitário brasileiro não demonstram dedicação àqueles que são — para o marxismo tradicional, atuante fora das universidades —, por excelência, os lugares da política: os partidos, os movimentos sociais e os sindicatos. Isso, mesmo tendo em consideração o fato de que os movimentos sociais podem ser incorporados a esse rol de lugares da política para o marxismo em período histórico recente; talvez, do maio de 1968 em diante.

As mulheres marxistas estavam, na ocasião da pesquisa, incrivelmente fora dos partidos. Das 383 que responderam à pesquisa, 306 não tinham qualquer filiação partidária. Em porcentagem,

80%. Dentre as 77 que responderam serem filiadas a algum partido, os três mais citados foram o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido dos Trabalhadores (PT) com a curiosa coincidência de 16 filiações a cada um dos três partidos. Se a filiação partidária talvez exija das mulheres um engajamento e um dispêndio de tempo que elas não estão dispostas a ter, a simples preferência por um partido político dentre os outros poderia indicar um interesse maior por essa forma de organização política tida, ao menos desde “O que fazer?” de Lenin²⁰ (1986 [1902]), como aquela que pode levar à organização política do proletariado em direção à revolução. Mas não é isso que podemos ver pelas respostas das marxistas: 34% delas afirmou não ter qualquer preferência partidária. Entre os homens, para termos um parâmetro comparativo dentro do campo do marxismo, essa porcentagem cai para 27,8%; número que consideramos ainda alto. O marxismo universitário brasileiro é pouco afeito à vida partidária, por mais evidente que seja a contradição que essa assertiva encerra.

Na questão da filiação partidária temos uma diferença marcante entre homens e mulheres marxistas. Entre eles, apenas 67,1% — contra 80% entre as mulheres — não tinham, na ocasião da pesquisa, nenhum vínculo formal com um partido político. Assim como entre as mulheres, o único partido hoje identificado como fora da área da esquerda foi o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que contou com uma filiação entre os homens e duas entre as mulheres. Esse era o partido que concentrava a maior rejeição entre os/as marxistas: 59,8% entre as mulheres e 57,9% entre os homens. A diferença percebida entre homens e mulheres na questão da filiação partidária, para ser explicada, precisaria ser explorada em outro tipo de pesquisa, de natureza qualitativa. De qualquer forma, a bibliografia sobre participação política (sindical e partidária) da mulheres indica algumas teses que poderiam ser, aqui, tratadas como hipóteses: as restrições impostas pela vida doméstica, pelo machismo e a exclusão que ele causa, pelo ambiente hostil, entre outros (ver, por exemplo, Araújo e Ferreira, 1998; Santos, 2018; Biroli e Miguel, 2012)²¹.

A filiação partidária foi o ponto mais drástico do desinteresse das mulheres pela atuação política. E, na nossa opinião, ele se refletiu na opção eleitoral de 2010 dessas mulheres: em um segundo turno de eleições presidenciais claramente marcado pela oposição entre um projeto neoliberal ortodoxo, encarnado por José Serra, candidato à presidência pelo PSDB — nesse momento esse partido já não expressava qualquer projeto social-democrata, como talvez o tenha feito em sua origem, em 1988 — e Dilma Rousseff, do PT — partido que vinha promovendo políticas de caráter neodesenvolvimentista (ver Boito, 2018 e Boito e Saad 2016) — a opção de 21,1% (81) das mulheres foi pelo voto nulo, 11% (42) pela abstenção e 1,6% pelo voto em branco. Esses números, entendemos, não expressam apenas, e talvez nem principalmente, um sintoma do desinteresse pela política eleitoral. Sabemos que parte dessas mulheres tinham votado em candidatos que faziam oposição de esquerda aos dois governos de Lula da Silva: Plínio de Arruda Sampaio (do PSOL), 24%, e José Maria de Almeida (do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado/PSTU), 9%. De qualquer forma, a simples existência de uma vida partidária teria dado outro tom, acreditamos, ao

voto dessas mulheres no segundo turno das eleições presidenciais de 2010; ao menos o PSOL indicava o voto crítico em Dilma.

No que se refere ao sindicalismo, a participação política das mulheres é, de certa forma, menos drástica que sua inexistente vida partidária: entre as 296 mulheres que trabalhavam na ocasião da pesquisa, 222 eram filiadas aos sindicatos que representam oficialmente suas categorias profissionais. Mas esses número deve ser matizado: apenas 74 delas afirmaram participar ativamente da vida sindical. Nada menos que 109 apresentaram interesse restrito pelas atividades desenvolvidas pelos seus sindicatos, sendo que 26 afirmaram não ter interesse nenhum. Algumas mediações são necessárias aqui para não se concluir apressadamente pelo interesse ou pelo desinteresse das marxistas pela participação política de tipo sindical. Em primeiro lugar, o desinteresse pode advir da percepção do próprio sindicato como pouco efetivo ou pelego. Depois, o sindicalismo em si pode ser entendido, por parte dessas mulheres, como um instrumento político limitado. Por fim, a filiação sindical de 75% das mulheres marxistas que trabalham pode se dever à compreensão de que, mesmo limitado, o sindicato pode garantir alguns direitos ou benefícios importantes nas relações de trabalho. De qualquer forma, se as mulheres tivessem forte interesse na participação política como um todo, outros coletivos deveriam estar mais presentes entre elas do que mostrou a pesquisa.

O envolvimento das mulheres marxistas com movimentos sociais parece ser a forma de organização política em que as elas estão mais presentes. Ao todo, 60% delas integravam algum tipo de movimento; na ordem de importância numérica, os principais eram movimentos relacionados à luta por educação (26,1%), o movimento estudantil (13,8%) — lembremos que uma parte das marxistas respondentes eram estudantes de pós-graduação — e o movimento feminista (12%). A lista de movimentos sociais que apareceu nas respostas abertas das entrevistadas é ampla e inclui movimentos ecológicos, movimento negro, movimento LGBT, movimentos por terra e moradia. 153 respondentes, ou 39,9% das marxistas, não participavam de nenhum movimento social. Cruzados os dados entre preferência partidária e participação em movimentos sociais, podemos perceber que 57 das 383 respondentes da pesquisa não têm qualquer preferência partidária e não está envolvida com nenhum movimento social. Em síntese e radicalizando o argumento, 15% das marxistas estão fora de qualquer atividade política com relevância para a teoria que esposam.

Tabela 12: Participação política das marxistas

É filiada, é associada, participa?	Total	Sim	Não
Partido	383	77	306
Sindicato	296	222	74
Movimento social	383	230	153

OBS: Retiramos da opção “sindicato” as entrevistadas que declararam não trabalhar.

Por fim, nosso questionário buscava captar também as opiniões dos/as respondentes sobre questões políticas importantes, ou que mobilizavam ou mobilizaram os debates na esquerda brasileira nos últimos quinze anos. A pergunta pedia que a respondente assinalasse quais das políticas listadas ela apoiava. O resultado está indicado na tabela 13, abaixo.

Como podemos perceber pelos dados expostos na tabela acima, há motivos para que parte do movimento negro veja no marxismo um ambiente algo hostil para os debates chamados identitários. Afinal, aquela que é uma política voltada diretamente para um grupo étnico específico, que é o caso das cotas raciais, encontrava resistência por parte não desprezível das mulheres marxistas. Embora a pergunta não fizesse referência direta às universidades, pelo próprio recorte do público que respondeu à pesquisa, pode-se depreender que a adoção de cotas raciais para entrada nas universidades não foi bem vista ou aceita por 32,1% das marxistas. Uma pesquisa de natureza qualitativa poderia aferir se a ausência de apoio se deve à compreensão de que a luta racial inseriria uma cunha entre os trabalhadores e dividiria a luta principal: do proletariado contra a burguesia. Talvez a mesma explicação possa ser pensada para parte das mulheres que estão fora do movimento feminista (88% das entrevistadas): rejeição de uma pauta ou de uma identificação que pode ser entendida como mais um elemento de divisão da classe trabalhadora.

Tabela 13: Apoio a políticas

Política	N	%
Cotas sociais	297	77,5%
Cotas raciais	260	67,9%
Prouni	98	25,6%
Reuni	93	24,3%
Nenhuma delas	62	16,2%
Total	383	-

OBS: O total percentual passaria de 100% porque havia a possibilidade de assinalar mais de uma opção

Se a falta de apoio às cotas raciais tem uma explicação, de certa forma, compreensível do ponto de vista do argumento utilizado dentro do próprio marxismo para justificá-la, o mesmo parece não se aplicar à posição contrária às cotas sociais, presente pela negativa de 22,5% das marxistas em declarem apoio a elas. Aqui talvez a explicação esteja no caráter de classe média de boa parte das marxistas. Se Boito (2004) e Saes (1985) estão corretos e a meritocracia é uma dos elementos mais importantes na ideologia da classe média, as marxistas que se opõem às cotas sociais podem ver nelas uma iniciativa não aceitável contra o mérito, contra aquele que deveria ser um valor fundante do aparelho universitário. Pouco marxista seria se não entendêssemos que a condição social e material dessas mulheres não determinasse em nada as posições políticas que sustentam: os estratos sociais médios têm nos mecanismo de reconhecimento de mérito um dos principais elementos de sua diferenciação com as classes populares.

Outras duas políticas que impactaram fortemente as universidades brasileiras também contaram com pouquíssimo apoio das marxistas: o Prouni e o Reuni. O Prouni (Programa Universidade Para Todos) foi um programa criado no primeiro mandato de Lula da Silva para promover o acesso às universidades particulares brasileiras para estudantes de baixa renda. O Reuni, por sua vez, foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Instalado em 2007, ele foi responsável por uma grande ampliação e interiorização do sistema

universitário federal. Ambos os programas foram fortemente criticados por parte dos professores e estudantes universitários de esquerda. No caso do Prouni, o argumento fundamental era que ele transferia recursos públicos estatais para a iniciativa privada. No caso do Reuni, o motivo da oposição, grosso modo, estava ligado à falta de recursos considerados suficientes para a expansão. A bibliografia que analisa o impacto desses dois programas não é pequena e não queremos fazer tábula rasa desse debate; são muitos os argumentos para defender e para criticar esses dois programas. Mas queremos destacar, aqui, que as únicas duas políticas de expansão universitária adotadas no Brasil desde a ditadura militar não contaram com o apoio entre homens e mulheres marxistas. O que nos faz pensar sobre uma questão: até que ponto essa resistência não se deveria ao medo da desvalorização do diploma (para estudantes) ou da própria carreira de docente e pesquisador (duramente alcançada por parte dos docentes)? Uma pesquisa que afirmasse essa hipótese como tese necessitaria de muitas outras questões, fechadas e abertas. Mas essa impossibilidade de conclusão não nos impede de refletir: será que o marxismo estaria deixando de levar às últimas consequências uma análise estrutural de si mesmo? Ou seja, como a situação de vida dos e das marxistas, seus rendimentos bastante superiores àquele da média da população brasileira, a posse de bens culturais, simbólicos e materiais também distintos das camadas populares e de parte das camadas médias, interferiria na forma como eles e elas observam a vida universitária e as possibilidades concretas de sua expansão?

Conclusões

De caráter exploratório e parcialmente conclusivo, este artigo teve a modesta pretensão de apresentar dados, hipóteses e resultados da pesquisa que temos encaminhado a respeito dos marxistas nas universidades brasileiras, dando particular ênfase às clivagens de gênero e às mulheres deste circuito que entendemos ser teórico, mas também sociocultural e político. Neste sentido, destacaríamos algumas sugestões interpretativas, apoiadas tanto em pesquisas desenvolvidas anteriormente por nós ou por outros/as pesquisadores/as quanto em hipóteses de trabalho bem informadas pelos dados que colhemos. Gostaríamos de destacar, particularmente, alguns achados que o próprio meio conhece em estado intuitivo e outros contraintuitivos.

No que diz respeito à proporção de gênero no meio e às origens socioeconômicas, sublinhe-se, em primeiro lugar, que quantificamos no universo geral dos marxistas, a subrepresentação das mulheres. Não arriscamos, ainda, hipóteses explicativas para isso, pois acreditamos que elas requeiram investigações finais, de teor qualitativo. Minoritárias neste circuito, as mulheres marxistas brasileiras têm, em sua maioria, origem nas camadas populares, o que se comprova pela formação escolar, profissão e posse imobiliária dos pais. Entretanto, essa origem popular vem acompanhada de esforços decisivos de escolarização dessas mulheres já desde o ensino médio, para parte expressiva delas, foi realizado em colégios particulares. Neste sentido, muito provavelmente, as professoras marxistas passaram por um processo de ascensão social, expresso na renda auferida e na posse de bens imobiliários. Entendemos que o emprego nas universidades públicas brasileiras foi

fundamental nesse processo e que o rebaixamento geral desses indicadores acontece pelo fato de parte considerável delas ser ainda estudante de nível de pós-graduação.

Em segundo lugar, destacamos as *escolhas* (como as motivações para a pós-graduação) e as *apostas* (como a crença na capacidade da produção intelectual superar limitações institucionais) orientadas à e pela vida do espírito em estrito senso: se articuladas à conduta refratária à militância partidária e, de boa parte delas, também às políticas afirmativas, dão o que pensar. Por um lado, há a coerência teórica entre certo marxismo e o rechaço à chamada agenda identitária; por outro lado, há o percurso ascensional das famílias e a ideologia do mérito que a ele se atrela em estratos médios da população brasileira. Qual dos fatores seria mais determinante daquele perfil intelectual e político? Ou ambos os fatores se retroalimentariam dando ensejo aos esforços intelectuais com expectativas de recompensa social e a certo distanciamento da vida partidária e rechaço às políticas afirmativas, em favor da ação orientada primordialmente para a vida intelectual e de esforços?

Em terceiro lugar, destaque-se que à assimetria entre homens e mulheres, que poderia ensejar discordâncias e oposições em tomadas de posição, sobrepõem-se fatores que os unificam: origens similares e condições idênticas de difícil atuação profissional, marcada por certa estigmatização. Por isso, as diferenças entre as respostas de mulheres e homens para a maioria das questões não são muito acentuadas. Quando essas diferenças são notadas, entendemos que elas se devem a dois fatores principais: a) a concentração de cada um dos grupos em áreas específicas do conhecimento; b) questões estruturais de gênero, tais como: restrições à participação política das mulheres e a estrutura geral de oportunidades dentro e fora das universidades.

Esperamos, ao trazer a público nossos achados, hipóteses e análises, que um movimento de reflexividade dentro do heterogêneo campo do marxismo se processe e, quiçá, novas pesquisas a respeito do próprio meio sejam encorajadas.

Referências

- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro e FERREIRA, Verônica Clemente. Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988). **Revista de Sociologia e Política**. v. 10/11, p. 55-81, 1998.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **A embalagem do sistema**. São Paulo: Edusp, 2015, 3.ed.
- BECKER, Howard. “De que lado estamos?” *In*: _____. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 122-136.
- BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Estudos Feministas**. v. 3, n. 18, p.653- 679, set. 2012.
- BOITO, Armando e MOTTA, Luiz Eduardo Marx in Brazil. **Socialism and Democracy**, v. 24, p. 155-160, 2010.
- BOITO, Armando e SAAD-FILHO, Alfredo. “State, state institutions, and political power in Brazil”. **Latin American Perspectives**, p. 213-230. 2016.
- BOITO, Armando. Classe média e Sindicalismo in Politéia. **História e Sociedade**. v. 4, n.1, p.211-234. 2004.

- BOITO, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, São Paulo: Unesp, 2018.
- BOSCHETTI, Anna. **Ismes**. Paris, CNRS Editions, 2014.
- BOTTOMORE, Tom. **La sociologia marxista**. Madrid: Alianza Editorial, 1976.
- BUKARIN, Nikolai. **Tratado de materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.
- CALANDRA, Benedetta; FRANCO, Marina. **La guerra fría cultural en América Latina**. Desafíos y límites para una nueva mirada de las relaciones interamericanas. Biblos: Buenos Aires, 2012.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CENSUP (Censo da Educação Superior). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2013.
- CHIBBER, Vivek. O que vive e o que está morto na teoria marxista da história. **Crítica Marxista**, n. 35, p. 9-40, 2012.
- COHEN, Gerald A. **A teoria da história de Karl Marx**. Campinas: Unicamp, 2013.
- COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. Le materialisme historique a aussi une histoire. **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 55, p. 15-21, 1984.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring: filosofia, economia política, socialismo**. São Paulo, Boitempo, 2015.
- GILMAN, Nils. **Mandarins of the future**. Modernization Theory in Cold War America. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2003.
- GOUARNÉ, Isabelle. **L'introduction du marxisme en France. Philo-soviétisme et Sciences Humaines (1920-1939)**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2013.
- GUILHOT, Nicolas. **The democracy makers**. Human rights and the politics of global order. New York: Columbia University Press, 2005.
- HOLMES, Jacquelyn Marie. **From modernization and development to neoliberal democracy: a history of the Ford Foundation in Latin America (1959-2000)**. Bates College: Honors Thesis, 2013.
- IBER, Patrick. **Neither peace nor freedom: the cultural cold war in Latin America**. Cambridge: Harvard University Press, 2015.
- KEINERT, Fábio Cardoso. **Cientistas sociais, entre ciência e política (Brasil, 1968-1985)**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo (2011).
- LENIN Vladimir Ilitch. **O que fazer?** 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo: Cortez, 1985.
- MATONTI, Frédérique. **Intellectuels communistes**. Essai sur l'obéissance politique. La Nouvelle Critique (1967-1980). Paris : La Découverte, 2005.
- MCCARTHY, Kathleen. From Cold War to cultural development: the international cultural activities of the Ford Foundation, 1950-1980. **Daedalus**, p. 93-117, 1987.
- MELO, Hildete Pereira de; BRAGA, Maria Lúcia de Santa. Admiráveis Cientistas. **Leituras da história**, v. 6, p. 26-34, 2019.
- MELO, Hildete Pereira de. Relações de Gênero na Educação Superior: uma análise do Programa Ciências sem Fronteiras. **Revista Intertérios**, v. 4, p. 45-58, 2018.

- MICELI, Sergio. (org.). **História das ciências sociais no Brasil**, v.2. São Paulo: Sumaré, 1995.
- MICELI, Sergio. **A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Sumaré, 1990.
- MICELI, Sergio. Entre no ar em Belíndia - A indústria cultural hoje. In: MICELI, S. **A noite da madrinha e outros ensaios sobre o éter nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- MICELI, Sergio. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. In: MICELI, S. (Org). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.
- NOVAIS, Fernando; CARDOSO DE MELLO, João Manuel. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In. SCHWARCZ, L. M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**, v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. [Links]
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios) 2013 / IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Coordenação de Trabalho e Rendimento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- POLLACK, Michael. Paul F. Lazarsfeld, fondateur d'une multinationale scientifique. **Actes de la recherche en sciences sociales** v. 25, p. 45-59, 1979.
- POULANTZAS, Nicos. **Classes sociais no capitalismo hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978a.
- POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Unicamp, 2019.
- REIS, Fabio Wanderley. Grifo é nosso! Academia, democracia, dependência. **Dados**, v. 23, 1979, s/p.
- RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- RODRIGUES, Lidiane Soares e HEY, Ana Paula. Elites Acadêmicas: as Ciências Sociais na Academia Brasileira de Ciências. **Tempo Social**: v. 29, p. 9-33, 2017.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. Amar um autor: os marxistas nas universidades brasileiras e os intérpretes do Brasil. **Revista Estudos Históricos**, v. 32, p. 500-529, 2019a.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. Centralidade de um cosmopolitismo periférico: a Coleção Grandes Cientistas Sociais no espaço das ciências sociais brasileiras (1978-1990). **Sociedade e Estado**, v. 33, p. 675-708, 2018.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. Leituras e leitores acadêmicos de Karl Marx (São Paulo, 1958-1964)”. **Intelligere**, v. 2, p. 1-19, 2016.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. Poder, sexo e línguas no marxismo à brasileira. **Repocs**, v. 15, n. 31, jan./jul. 2019b.
- SAES, Décio. **Classe média e Sistema Político no Brasil**. São Paulo: TAQ. 1985.
- SAES, Décio. Marxismo e história. **Crítica Marxista**, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.1, p.39-59, 1994.
- SANTOS, Cecília MacDowell, TELES, Janaína de Almeida e TELES, Édison de Almeida. **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009.
- SANTOS, Verônica de Barros. **Condições de acesso e permanência das mulheres no movimento sindical**. 2018. 128 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, 2018.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. Political Science in Latin America (preliminary notes for self-criticism). **Dados**, v. 23, 1979, s/p.
- SOLOVEY, Mark e CRAVENS, Hamilton. **Cold War Social Science: Knowledge Production, Liberal Democracy, and Human Nature**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2013.

SOLOVEY, Mark. **Shaky Foundations**. The Politics-Patronage-Social Science Nexus in Cold War America. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2013.

TARCUS, Horácio. **La bíblia del proletariado. Traductores y editores de El capital em el mundo hispanohablante**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2018.

Notas

- ¹ Professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). CV: <http://lattes.cnpq.br/5794537264211714> Email: prpmarcelino@gmail.com Número ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0692-1129>
- ² Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Grupo de estudos e pesquisas Sociologia da Educação, Cultura e Conhecimento - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/463837> Email: lidianesrgues@gmail.com Número ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2011-9888>
- ³ Os pesquisadores das áreas da história intelectual e da sociologia da cultura tendem a abordar a questão concentrando-se nas práticas da edição e difusão da obra de Marx e dos marxistas, nas alterações de sentido implicadas nestes processos, e nas instituições e grupos que agenciam a longevidade da tradição marxista. Merecem destaques alguns trabalhos: Tarcus, 2018; Rodrigues, 2016, 2019a, 2019b; Boschetti, 2014; Gouarné, 2013; Matonti, 2005; Colliot-Thélène, 1984.
- ⁴ Uma diferença entre marxismo e marxologia pode ser estabelecida aqui: por marxologia entendemos o estudo da obra de Marx ou de marxistas como fim em si mesmo, sem intenção de gerar, por parte dos pesquisadores ou de seus leitores, qualquer tipo de orientação ou intervenção política — ainda que o resultado concreto, nunca sob completo domínio do pesquisador, possa ser outro.
- ⁵ Os casos de Roberto Cardoso de Oliveira (Museu Nacional/Antropologia); Candido Mendes de Almeida (IUPERJ); Fernando Henrique Cardoso (CEBRAP) são exemplares do primeiro segmento. São exemplos conspícuos do segundo segmento, os cientistas políticos Bolívar Lamounier, Simon Schwartzman e Wanderley Guilherme dos Santos (Rodrigues e Hey, 2017; Keinert, 2011; Ridenti, 2007).
- ⁶ Tinha impacto reduzido ainda, na América Latina, a obra de Nicos Poulantzas (2019 [1968], 1978 [1970] e 1978a [1974]), autor que desenvolve a teoria política marxista e uma tese sobre a autonomia relativa do Estado. Os textos apresentados na referida conferência da IPSA encontram-se em: Reis, 1980; Santos, 1980.
- ⁷ Coordenador de Pesquisa Pedagógica e Professor do Laboratório de Aprendizagem da ESPM-SP.
- ⁸ No questionário que aplicamos não havia a questão sobre identidade de gênero. Consideramos, neste texto, mulheres como todas aquelas que responderam que eram do sexo “feminino”.
- ⁹ Essa questão tem 2,6% de *missing*, aqueles que não responderam em que instituição lecionavam.
- ¹⁰ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49639664> Acesso em 16/06/2020.
- ¹¹ Dados disponíveis em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/tabelas_pdf/tab3.pdf Acesso em 14/06/2015.
- ¹² Dois pontos são importantes de serem destacados aqui. O primeiro deles é que entre as nossas opções de resposta, nós tínhamos uma em que o respondente poderia assinalar “prefiro não me classificar”. 13,3% o fizeram. Embora quiséssemos dados que nos permitissem comparar nosso universo com aquele do total da população brasileira, tal opção foi incluída para respeitarmos os longos debates sobre o conceito de raça e etnia que existe na bibliografia sobre o tema e entre os militantes do movimento negro.
- ¹³ Minorias não no sentido numérico do termo, mas de grupo social em situação dominada.
- ¹⁴ Dado disponível em: <http://noticias.uol.com.br/especiais/pnad/ultnot/2009/09/18/ult6843u22.jhtm> Acesso em 14/06/2015.
- ¹⁵ O salário mínimo federal no período da pesquisa era de R\$724,00. No ano de 2014, também o ano em que nossa pesquisa foi aplicada, segundo dados colhidos pelo IBGE, a renda mensal bruta *per capita* era R\$1.052,00. Dados disponíveis em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/02/renda-domiciliar-capita-do-brasil-foi-de-r-1052-em-2014-diz-ibge.html>. Acesso em: 14/10/2015. R\$1.052,00 é uma média nacional.
- ¹⁶ Nesta pergunta, admitia-se mais de uma resposta, exceto no caso dos respondentes que assinalaram “não”. A tabela foi elaborada somando os respondentes (518) que deram uma única resposta: a) não tiveram contato com o marxismo antes de ingressarem na universidade; b) tiveram contato com o marxismo na escola. Agrupamos estas duas respostas por possibilitarem que se meça o efeito do sistema escolar (em seus níveis básico e superior) na capacidade de atração e recrutamento do marxismo.
- ¹⁷ Nem todos responderam a esta questão, reservada apenas aos que responderam “sim” à indagação: “A instituição universitária impõe limites à atividade intelectual e docente dos marxistas?”
- ¹⁸ Alguém poderia argumentar em favor da inconsistência do compromisso com as atitudes intelectuais do próprio Marx, alegando que ele, diferentemente do que tendem a fazer os respondentes, “buscou a integração com outras correntes teóricas”. Contudo, como mencionamos acima, as dimensões práticas da vida profissional acadêmica daqueles que responderam ao questionário difere enormemente das condições de viabilização desta integração, no caso de Marx.

Enquanto este encontrava-se no campo político, nossos respondentes vivem entre este espaço e o profissional. O ponto remete ao problema tratado inicialmente – as especificidades do marxismo praticado em âmbito universitário.

- ¹⁹ Esclareçam-se os interessados, a respeito do procedimento de mensuração, tendo o alemão como métrica escalonadora das demais línguas. Convencionou-se que nenhum indivíduo atingiria mais do que 100 pontos e que nenhum indivíduo que domine alemão seria mais pontuado do que outros (mesmo que dominassem também outras línguas). Assim, os seguintes valores foram atribuídos: alemão (50), inglês (20), francês (15), espanhol (0), italiano (15), esperanto (10), russo (10), polonês (10), árabe (10), hebraico (10), grego (10), latim (10), mandarim (10). Em seguida à contabilização dos pontos atribuídos às línguas, os 988 indivíduos foram classificados em três faixas: alta (entre 50 e 100 – isto é, alemão e/ou alguma outra língua), média (entre 20 e 50) e baixa (entre 1 e 20). O conhecimento de línguas raras (como polonês, por exemplo) liga-se, na maioria dos casos, à trajetórias imigrantes. Como se sabe, este tipo de pergunta suscita respostas que inflacionam o domínio de qualquer respondente — cientes da relevância do domínio de língua estrangeira, os indivíduos tendem a dar respostas compensatórias (raramente se assinala que não domina língua alguma), contornando-se a condição de deficiência com línguas próximas ou dominantes na sociedade em geral; como espanhol e inglês.
- ²⁰ Lênin foi o segundo dirigente político socialista mais citado pelas marxistas como resposta à pergunta: “Com qual dos dirigentes do movimento socialista listados você mais se identifica?”. Em números absolutos, os resultados foram: Gramsci (107); Lênin (81); Engels (61); Rosa Luxemburgo (48); Guevara (32); Trotsky (31); Mao Tsé-Tung (3); Stálin (1); outros não identificados (8); nenhum (11). Para a pergunta contrária, ou seja, com qual dos dirigentes a respondente menos se identificava, os campeões de repulsa foram: Stálin (255); Mao Tsé-Tung (29), Kautsky (24) e Trotsky (16).
- ²¹ Em contrapartida, a análise em termos bourdieusianos da sociologia da cultura, propõe uma explicação alternativa, por meio das compensações entre os capitais específicos do meio (notadamente – o capital militante e o capital linguístico) distribuídos de modo inequivalente entre mulheres e homens. Dito de outro modo: os destituídos de um tipo de capital raro, como o linguístico (e que pressupõe o capital econômico, além de certas disposições culturais incorporadas), podem compensar seu handicap investindo em práticas que lhe rendam outros trunfos (como a militância). Os interessados nisso podem consultar: Rodrigues (2019).

Recebido em: 27.07.2020

Aprovado em: 27.07.2020